



B&T CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ/MF nº 73.622.748/0001-08
Inscrição Municipal nº 0.157.817-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Disponibilidades	4	23.639	11.685
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	12.457	12.264
Título e Valores Mobiliários	6	2.126	1.011
Carteira de Câmbio	7	22.864	12.207
Rendas a Receber	8	625	727
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(1)	(60)
Outros créditos	9	1.684	816
Despesas Antecipadas	10	165	156
Total circulante		63.559	38.806
Não circulante			
Participações em Controladas	11	2	812
Imobilizado de Uso	12	628	661
Intangível	13	614	406
Total não circulante		1.244	1.879
Total do ativo		64.803	40.685
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Relações Interdependências	14	5.776	-
Carteira de Câmbio	7	29.001	13.608
Obrigações Sociais e Estatutárias	15	224	655
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	16	1.316	1.564
Outras Obrigações	17	11.468	9.391
Total circulante		47.785	25.218
Patrimônio líquido			
Capital Social	19.1	9.000	9.000
Reservas de Lucros		8.018	6.459
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	8
Total do patrimônio líquido		17.018	15.467
Total do passivo e patrimônio líquido		64.803	40.685

Demonstrações do resultado Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro por quotas)

	Nota	2º Se-		2016 (Reapresentado)
		mestre	2017	
Resultado da intermediação financeira				
Resultado de operações de câmbio	20	35.775	73.768	71.924
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	570	1.293	1.441
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		14	20	(8)
Resultado bruto da intermediação financeira		36.359	75.081	73.357
Outras receitas/despesas operacionais				
Receitas de Prestação de Serviços		2.876	5.720	6.974
Despesas de pessoal	21	(5.763)	(11.869)	(9.775)
Outras despesas administrativas	22	(13.354)	(27.016)	(23.821)
Despesas tributárias	23	(2.175)	(4.451)	(4.285)
Resultado de participação em controlada	11	640	1.492	2.356
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(17.522)	(35.354)	(37.583)
Resultado Operacional		1.061	3.603	7.223
Resultado não operacional		(3)	30	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no resultado		1.058	3.633	7.223
Provisão para Imposto de renda	25	4	(418)	(1.159)
Provisão para Contribuição social	25	(6)	(355)	(952)
Imposto de renda - Diferido	25	(23)	54	153
Contribuição social - Diferido	25	(19)	43	122
Participações nos lucros e resultados		(149)	(277)	(666)
Lucro líquido do semestre/exercício		865	2.680	4.721
Juros sobre Capital Próprio		(551)	(1.101)	(601)
Lucro líquido por quotas:				
Quantidade de quotas		9.000	9.000	9.000
Lucro líquido por quotas do semestre/exercício		0,10	0,30	0,52

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Se-		2016
		mestre	2017	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste de exercícios anteriores		-	(20)	-
Lucro líquido do semestre/exercício		865	2.680	4.721
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido:				
Equivalência patrimonial	11	(640)	(1.492)	(2.356)
Depreciações e amortizações		192	386	310
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		(14)	(20)	8
Ganho de Capital		3	(30)	-
Varição de ativos e passivos operacionais				
Títulos e valores mobiliários		(1.057)	(1.124)	(1.011)
Disponibilidades em moedas estrangeiras		(5.022)	(12.307)	(1.006)
Outros créditos		1.386	(11.065)	84
Outros valores e bens		188	(9)	41
Outras obrigações		5.439	22.566	2.041
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		1.340	(435)	2.832
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativos permanentes		(299)	(625)	(151)
Dividendos recebidos	11	620	1.904	2.017
Alienação de Cotas		2	2	-
Recebimento pela venda do Imobilizado		6	95	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		329	1.376	1.866
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre capital próprio pagos		19,4	(551)	(601)
Dividendos pagos		19,2	-	(498)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(551)	(1.101)	(1.099)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		1.118	(160)	3.599
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		12.756	14.034	10.435
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		3	13.874	14.034

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2017 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros	Ajuste de Valor Patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 30 de Junho 2017	9.000	7.704	(1)	-	16.703
Lucro Líquido do 2º Semestre	-	-	-	865	865
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(551)	(551)
Constituição de reserva de lucro	-	314	-	(314)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	9.000	8.018	-	-	17.018
Saldos em 31 de Dezembro 2016	9.000	6.459	8	-	15.467
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.680	2.680
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(1.101)	(1.101)
Constituição de reserva de lucro	-	1.559	-	(1.559)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(20)	(20)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(8)	-	(8)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	9.000	8.018	-	-	17.018
Saldos em 31 de Dezembro 2015	9.000	2.837	-	-	11.837
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.721	4.721
Distribuição de Lucros intermediários	-	-	-	(498)	(498)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	(601)	(601)
Constituição de reserva de lucro	-	3.622	-	(3.622)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	8	-	8
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	9.000	6.459	8	-	15.467

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro por quotas)

1. Contexto operacional. A B&T Corretora de Câmbio Ltda., ("Corretora") autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tem por objetivo social a intermediação em operações de câmbio e atuação no mercado de câmbio de taxas flutuantes, de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. **2.1. Base de elaboração.** As demonstrações contábeis da Corretora são de responsabilidades da Administração e foram preparadas de acordo com as diretrizes das Leis n. 4.595/64 (lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis n. 11.638/07 e 11.941/09, para contabilização das operações, associadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); Resolução CMN nº 3.604/88 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03); Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução CMN nº 3.793/11 - Eventos Subsequentes (CPC 24); Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamentos Baseados em Ações (CPC 10); Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 4.114/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; Resolução nº 4424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1); Resolução nº 4524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2); Resolução 4534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 R1); Resolução 4535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Corretora com ata de reunião realizada pelos quotistas em 15 de março de 2018.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis. **a) Moeda funcional e de apresentação.** As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), que é a moeda funcional e de apresentação da Corretora. **b) Caixa e equivalentes de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez.** Registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e valores mobiliários.** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: i. Títulos para negociação - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. ii. Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. iii. Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **e) Rendas a receber.** A Corretora considera cada transação no cálculo desse montante, registrando, quando relevante, a crédito nesse grupo de contas em contrapartida à rubrica "Receita de Prestação de Serviços", no resultado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas. **f) Investimento.** O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, segundo o qual a participação proporcional nos lucros ou prejuízos dessa Corretora é reconhecida na demonstração do resultado. **g) Imobilizado de uso e intangível.** É registrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são computadas pelo método linear, de acordo com as taxas informadas nas Notas Explicativas nº 12 e nº 13. **h) Redução ao valor recuperável de ativos.** Em obediência ao CPC 01 (R1) a Corretora avaliou a existência de alguma indicação de que seus principais ativos pudessem ter sofrido desvalorização. As avaliações resultaram, em sua maioria, em valores líquidos de venda maiores do que seus valores contábeis. Desta forma, nenhuma provisão para desvalorização foi reconhecida em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. **i) Outros ativos e passivos circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes respectivamente. **j) Provisões.** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **k) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social.** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. No período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSSL) foi majorada em 5% passando para a 20% para as pessoas jurídicas referidas nos incisos I a VII e X do §1º do art. 1º da Lei Complementar 105/2001 (instituições financeiras), conforme previsto na MP 675/2015, convertida com alterações na Lei 13.169/2015. O efeito do imposto de renda diferido ativo sobre as diferenças temporárias entre os registros contábeis e fiscais e sobre a expectativa dos benefícios futuros sobre o saldo dos prejuízos fiscais e das bases negativas da contribuição social é registrado somente quando existe segurança suficiente sobre a sua realização, através de estudos técnicos e análises realizados pela administração. **l) Operações de Câmbio.** São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base "pro-rata dia"), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas (quando aplicável). **m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.** As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas na Resolução BACEN nº 3.535/08, sendo estas as seguintes: **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente

quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e **Obrigações legais:** são registradas como exigível independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **n) Direitos e obrigações.** Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária estão demonstrados pelos seus valores atualizados. **o) Apuração do resultado.** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia. **p) Resultado financeiro.** Representa os juros sobre aplicações em títulos públicos, remunerados pela taxa oficial, que são reconhecidos nos resultados do exercício pelo regime de competência. **q) Juros sobre capital próprio.** A Corretora utiliza o benefício fiscal da distribuição de lucros na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei nº 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação "pro rata dia" das taxas de juros de longo prazo - TJLP. **r) Reclassificação de saldos comparativos.** As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas para adequações as políticas contábeis de acordo com a interpretação das origens das despesas.

	31 de Dezembro de 2016	
	Apresentado	Reapresentado
Demonstração do Resultado (i)		
Outras receitas/despesas operacionais		
Outras despesas administrativas	(61.508)	37.687
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	104	(37.687)
1. Para melhor comparabilidade, foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 24.		
3. Caixa e equivalentes de caixa	2017	2016
Disponibilidade em moeda local	803	985
Depósitos bancários	614	785
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.457	12.264
	13.874	14.034
4. Disponibilidades	2017	2016
Disponibilidades em moeda local	803	985
Depósitos bancários	614	785
Disponibilidades em moedas estrangeiras	22.222	9.915
	23.639	11.685
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2017	2016
Posição bancada - LFT	12.457	12.264
	12.457	12.264

As aplicações em títulos públicos da Corretora possuem liquidez diária (operações compromissadas), cujos valores são regulados pelo Governo Federal. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Corretora auferiu resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 1.293 e R\$ 1.441, respectivamente. **6. Títulos e valores mobiliários.** **a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários**

	Em 31 de Dezembro 2017		2016	
	Quantidade	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Mercado
Títulos disponíveis para venda				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	01/09/2022	229	2.011	2.126
O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foram apurados com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e encontravam-se custodiados no Banco Oinvest.				
7. Carteira de Câmbio	2017	2016		
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	6.538	2.098		
Direitos sobre venda de câmbio	21.614	11.517		
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(5.288)	(1.408)		
	22.864	12.207		
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	22.622	11.573		
Obrigação por compra de câmbio	6.538	2.091		
(-) Adiantamentos de contrato de câmbio	(159)	(56)		
	29.001	13.608		
	2017	2016		
8. Rendas a receber	2017	2016		
A vencer	592	495		
Vencidos até 60 dias	29	153		
Vencidos de 61 dias a 90 dias	2	12		
Vencidos de 91 dias a 120 dias	1	-		
Vencidos de 121 dias a 180 dias	-	7		
Vencidos acima de 181 dias	1	60		
	625	727		

A Corretora constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para títulos vencidos há mais de 180 dias, uma vez que, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas. Movimentação da Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	2º Semestre 2017		2017		2016	
--	------------------	--	------	--	------	--



B&T CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ/MF nº 73.622.748/0001-08
Inscrição Municipal nº 0.157.817-0

	2º Semestre 2017			2017			2016		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Proventos			2.495	4.959	4.440				
Benefícios			1.402	2.737	2.306				
Honorários (a)			818	1.967	1.124				
Encargos sociais			1.002	2.106	1.779				
Remuneração de estagiários			45	98	124				
Treinamento			1	2	2				
Total			5.763	11.869	9.775				

(a) A Corretora não possui benefícios de longo prazo, pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações e nenhum saldo pendente com o pessoal-chave da administração.

	2º Semestre 2017			2017			2016		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Serviços Prestados Pessoa Jurídica			7.954	16.077	16.273				
Processamento de dados			1.024	2.013	1.817				
Aluguéis (a)			1.710	3.683	1.295				
Serviços do sistema financeiro			291	653	597				
Comunicações			262	563	599				
Serviços técnicos especializados			119	308	715				
Amortização e depreciação			192	386	310				
Material			37	86	71				
Viagens no país			83	148	80				
Promoções e relações públicas			78	109	79				
Propaganda e publicidade			231	328	433				
Despesa de Manutenção e Conservação de Bens			96	198	102				
Despesas de Transporte			317	578	408				
Outros			960	1.886	1.042				
Total			13.354	27.016	23.821				

(a) A partir de 1 de dezembro de 2016 a Corretora iniciou operações com lojas próprias de cambio turismo nos estados do RJ, PE, DF, AL, ES e PB. A abertura das obrigações assumidas sobre os contratos de alugueis das lojas está descrita na nota explicativa nº 26.

	2º Semestre 2017			2017			2016		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza - ISS			258	496	473				
Contribuição ao Cofins			1.573	3.242	3.221				
Contribuição PIS/PASEP			256	527	523				
Outras			88	186	68				
Total			2.175	4.451	4.285				

	2º Semestre 2017			2017			2016		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Reversão de créditos de liquidação duvidosa			8	8	1				
Outras receitas operacionais			694	1.597	187				
Total			702	1.605	188				

	2º Semestre 2017			2017			2016		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Despesas de multas e juros			(18)	(72)	(28)				
Outras despesas operacionais			(711)	(796)	(49)				
Despesas de Provisões Passivas			(35)	(38)	(7)				
Corretagens Canceladas			(10)	(10)	(7)				
Comissão de Postos			(17.450)	(36.043)	(37.687)				
Total de outras despesas			(18.224)	(36.959)	(37.771)				
Total			(17.522)	(35.354)	(37.583)				

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre 2017		2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.058	1.058	3.633	3.633	7.223	7.223
Juros sobre capital próprio	(551)	(551)	(1.101)	(1.101)	(601)	(601)
Participação nos lucros (empregados)	(149)	(149)	(277)	(277)	(666)	(666)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - Ajustado	358	358	2.255	2.255	5.956	5.956
Adições:						
Provisão para Participação nos Lucros	17	17	145	145	611	611
Outras Despesas/Provisões indedutíveis	308	308	941	778	550	550
Total das adições	325	325	1.086	1.086	1.161	1.161
Exclusões:						
Resultado de Equivalência Patrimonial	(640)	(640)	(1.492)	(1.492)	(2.356)	(2.356)
Despesa de Exercício Anterior	-	-	(20)	(20)	-	-
Reversão de provisões de Exercício Anterior	(11)	(11)	(54)	(54)	-	-
Total das exclusões	(651)	(651)	(1.566)	(1.566)	(2.356)	(2.356)
Base do imposto de renda e contribuição social	32	32	1.775	1.775	4.761	4.761
IRPJ/CSLL	4	(6)	(420)	(355)	(1.166)	(952)
Dedução de incentivos fiscais	-	-	2	2	7	7

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores B&T Corretora de Câmbio Ltda. Rio de Janeiro - RJ.
Opinião. Examinamos as demonstrações contábeis da B&T Corretora de Câmbio Ltda. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da B&T Corretora de Câmbio Ltda., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Corretora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na

	2º Semestre 2017		2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Despesa Imposto de renda e contribuição social	4	(6)	(418)	(355)	(1.159)	(952)
Adições Temporárias						
Provisão para Participação nos Lucros	17	17	145	145	611	611
Provisão para Comissões IRPJ/CSLL Diferido no exercício ²	(109)	(109)	71	71	-	-
Exclusões (Reversões das Adições Temporárias de Exercício Anterior)	(23)	(19)	54	43	153	122
Pagamento/Reversão PLR exercício anterior	-	-	(612)	(612)	-	-
Reversão IRPJ/CSLL Diferido Exercício Anterior	-	-	(153)	(122)	-	-
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	4	(6)	(265)	(232)	-	-

(1) O valor provisionado para pagamento de participação nos lucros aos funcionários terá efeito fiscal no semestre seguinte, quando houver seu pagamento ou reversão. (2) Os créditos tributários foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social (20%), determinada pela Lei nº 13.169/15.

26. Compromissos. Contratos de aluguel. A Corretora realiza suas atividades operacionais em imóveis alugados. Os contratos de locação possuem cláusulas de correção anuais, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Segue abaixo a projeção anual de pagamentos para os próximos exercícios, considerando a vigência dos contratos em aberto:

Ano	Pagamentos						
	RJ	SP	PE	DF	AL	ES	PB
2018	540	544	1.364	307	50	64	45
2019	450	544	1.364	307	50	64	45
2020	400	544	1.364	307	50	64	45
2021	98	544	1.364	154	50	64	45
2022	-	-	388	-	-	-	23

27. Limites operacionais. O Patrimônio de Referência Exigido (PRE), obtido de acordo com a legislação em vigor, está demonstrado a seguir:

	2017	2016
Patrimônio Líquido Contábil	17.018	15.467
Patrimônio de referência (PR)	16.525	14.412
Ajuste Prudencial PR	493	1.055
Risco de crédito (RWAcad)	524	346
Risco de mercado (RWAcam)	252	176
Risco operacional (RWAopad)	10.991	11.122
Patrimônio de referência exigido (PRE)	11.767	11.644
Margem sobre o PR considerando o RWA Adicional de Capital Principal	4.758	2.768
Folga Líquida	(1.590)	(737)
3.168	2.031	

O índice de Basileia para a data-base de 31 de dezembro de 2017, apurado em conformidade com a Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07, a Circular nº 3.360/07, é de 12,99% para a instituição financeira (12,22% em 31 de dezembro de 2016). **28. Gestão de Riscos.** A gestão do risco tem como objetivo minimizar o eventual impacto negativo resultante da sua materialização, bem como avaliar as relações de Risco x Retorno, atuando não só de forma preventiva aos eventos de incerteza, mas principalmente, criando oportunidades de ganhos. A gestão de riscos é realizada a partir das diretrizes existentes nas normas e políticas da Corretora, cuja gestão é de responsabilidade da Diretoria Executiva e da Área de Governança Corporativa. **i. Gerenciamento do risco operacional.** Por definição, o risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. O crescente aumento do volume de operações da Corretora nos últimos anos, associada à necessidade de sofisticação tecnológica, tornou o ambiente de negócios mais complexo e aumentou a exposição aos riscos. Diante disto e conforme Resolução nº 3.380/06, a Corretora criou uma estrutura de gerenciamento do risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar, comunicar e mitigar os riscos associados as suas atividades. A Corretora desenvolve permanentemente políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas advindas da exposição aos riscos inerentes às suas atividades, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais, visando monitorar, controlar e assegurar o cumprimento das regras e normas aplicáveis, para que práticas inadequadas não comprometam a condução dos negócios e acarretem perdas contábeis. O relatório de risco operacional está à disposição dos interessados na sede da Corretora. **ii. Gerenciamento do Risco de Mercado.** Conforme Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Esta definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado da Corretora encontra-se em linha com os princípios do Con-

selho Monetário Nacional e constitui um conjunto de regras para controlar a exposição ao risco, mantendo-o diariamente em níveis mínimos, conforme parâmetros estabelecidos pela Diretoria Executiva e Financeira. Cabe ressaltar que o processo de gestão e controle do risco de mercado é revisado periodicamente com objetivo de manter-se alinhado com as legislações vigentes e melhores práticas de mercado. Dessa forma, a estrutura criada está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua carteira conforme determina a Resolução nº 3.490/07 do Banco Central do Brasil. O relatório de risco de mercado está à disposição dos interessados na sede da Corretora. **iii. Gerenciamento do Risco de Crédito.** Fundamentado na Resolução do Banco Central nº 3.721, de 30 de abril de 2009, a exposição ao risco de crédito pela Corretora está ligada a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações de câmbio. A Corretora não realiza quaisquer operações de crédito. Como instrumentos mitigadores, além de atuar de forma conservadora, respeitando rigorosamente os limites regulamentares e prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, a área de *Compliance* possui procedimentos de avaliação que permitem agir proativamente na seleção das instituições e clientes aptos a operar com a corretora, minimizando a exposição ao risco. Não foram registradas no período perdas decorrentes de eventos relacionados a risco de crédito. O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito está à disposição dos interessados na sede da Corretora. **iv. Gerenciamento de risco de liquidez.** Em conformidade com a Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012, define-se como risco de liquidez a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez da Corretora encontra-se em linha com os princípios do Conselho Monetário Nacional e constitui um conjunto de regras para controlar a exposição ao risco, mantendo-o diariamente em níveis mínimos pré-definidos, conforme parâmetros estabelecidos pela Diretoria Executiva e Financeira. Cabe ressaltar que o processo de gestão e controle do risco de liquidez é revisado anualmente com o objetivo de manter-se alinhado com as legislações vigentes e melhores práticas de mercado. Dessa forma, a estrutura criada está apta a avaliar e monitorar os riscos associados, garantindo eficiência na gestão desses riscos. O relatório de risco de liquidez está à disposição dos interessados na sede da Corretora. **v. Gerenciamento de capital.** O gerenciamento de capital conta com um processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da instituição, incluindo o planejamento e a proteção de metas de necessidade de capital, consistentemente com as estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura de riscos decorrentes. Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, que compõe o Patrimônio de Referência (PR), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitam a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. O gerenciamento do capital tem por objetivo o acompanhamento, o planejamento e a manutenção do capital, em níveis compatíveis com os riscos incorridos, de forma consistente com o plano orçamentário e as metas e estratégias do negócio. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Res. 3.490 e pela Res. 3.988, do CMN. O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento de capital está à disposição dos interessados na sede da Corretora. **vi. Prevenção x Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo.** A Corretora conta com instrumentos de controle, políticas, processos e sistemas de monitoramento, nas operações realizadas com clientes, parceiros e fornecedores, através de seus produtos e serviços, a fim de evitar e combater a "lavagem de dinheiro" oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo. A participação frequente da alta administração, na prevenção e detecção à "lavagem de dinheiro", assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades da Corretora, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais e de mercado. A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. As áreas de negócios da Corretora são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que consideram suspeitos ou atípicos, reportando sempre ao Órgão de Administração. **29. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor.** Registre-se que a Corretora, no exercício, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. **30. Eventos subsequentes.** Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Corretora.

Diretoria	Contador
	Maximiano Alves da Cunha Junior
	CRC RJ 102.802/O-2

entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2018.

BDO	BDO RCS Auditores Independentes SS	
	CRC 2 SP 013846/O-1	
Waldemar Namura Junior		Fernando Pereira da Silva Marques
Contador CRC-1SP154938/O-0		Contador CRC 1 RJ 092490/O-3

Vendas de imóveis corporativos classe A crescem em São Paulo

Os dados do primeiro trimestre do ano no mercado imobiliário corporativo prometem trazer bons sinais, de acordo com o banco de informações da Buildings Pesquisa Imobiliária. Um dos primeiros indicativos da análise geral em vias de fechamento aponta que 100 mil m² foram movimentados no mercado imobiliário corporativo de São Paulo apenas nos dois primeiros meses deste ano.

Para a Buildings, o destaque recente está no mercado classe A (que engloba edifícios de classificação A, AA e AAA), com números positivos ainda mais acentuados no mercado tiple A (AAA), de São Paulo. No segmento classe A, que envolve os 240 melhores edifícios corporativos dos 2.800 existentes em São Paulo, apesar de o preço médio ofertado do m² vir caindo, tendo fechado a R\$ 85 o m², a vacância também diminuiu trimestre a trimestre, fechando o último tri de 2017 com 19,2%. O aumento gradativo de ocupação sinaliza, para a Buildings, que o mercado está aquecido e em fase de recuperação. Uma das previsões é que o mercado classe A de São Paulo chegue a ter uma vacância próxima de 15% até o final do ano.

- Quando analisamos os ciclos de mercado com base nos nossos dados históricos dos últimos 13 anos, vemos que toda vez que a vacância diminui para níveis inferiores a 10% no segmento classe A de São Paulo, o mercado começa a apresentar elevação nos preços de aluguel. A nossa expectativa é que isso ocorra no segundo semestre de 2019 - diz Fernando Didziakas, sócio da Buildings.

No mercado triplô A (AAA), em São Paulo, que representa os 38 melhores edifícios do segmento corporativo da cidade, dados do último trimestre de 2017 monitorados pela Buildings apontam que a vacância vem caindo progressivamente e chegou a 14,2% no último tri, apesar do preço do aluguel também ter caído levemente, chegando a R\$ 102 o m² no último tri nesse segmento. A previsão da Buildings é que, nessa classificação, a vacância chegue perto de 10% já na metade de 2018. Pela média histórica de análises da Buildings, a vacância na casa dos 10% cria uma pressão pela alta dos preços. Dessa forma, a expectativa da empresa de pesquisa imobiliária é que os preços voltem a subir já no segundo semestre, no mercado do segmento AAA em São Paulo.

Segundo o estudo, fatores

macroeconômicos como os recentemente apontados, tais como aumento do PIB, crescimento da economia e queda na taxa de desemprego, já podem estar influenciando o mercado de edifícios corporativos mais concorrido da capital.

- O mercado imobiliário comercial ainda sofre com vacâncias altas, porém, hoje encontra um cenário econômico muito mais positivo nesse processo de retomada. Crescimento do PIB e diminuição da taxa de desemprego são fatores que animam e estimulam o mercado como um todo - opina Didziakas.

BH e Recife

A tendência de recuperação nos preços nominais dos imóveis residenciais observada desde o segundo semestre de 2017 perdeu força momentaneamente em fevereiro, de acordo com os resultados do Índice Geral do Mercado Imobiliário Residencial (IGMI-R) da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). A taxa acumulada em 12 meses do indicador vinha apresentando números cada vez menos negativos no período, mas após os -0,36% observados

em janeiro, esta voltou a acelerar ligeiramente o ritmo de queda, registrando -0,38% em fevereiro, em virtude do resultado negativo (ainda que praticamente estável) no mês (-0,01%).

A principal contribuição negativa para o IGMI-R/Abecip em fevereiro veio mais uma vez do Rio de Janeiro, que ao